11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no Capitalismo

Capitalismo e produção de desigualdades: Gênero, racismo e políticas sociais

Alice Freitas do Nascimento[1]

Ana Luísa da Silva Côco[2]

Coral dos Santos Gomes de Oliveira[3]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a reflexão acerca da atuação profissional do Serviço Social frente às expressões da Questão Social relacionadas às diferentes formas de vivenciar as expressões de gênero e sexualidade que extrapolam os limites do cisheterossexismo burguês. Para isso, propõe-se um diálogo com o compromisso ético-político da categoria para uma prática profissional que, a partir da análise da totalidade social, forneça elementos que desvelem as expressões da Questão Social articuladas a binário-generificação que racionalidade burguesa produz ao historicamente deteriorar as condições de reprodução social da classe trabalhadora brasileira de capitalismo dependente.
Palavras-chave: política social, gênero e sexualidade, serviço social, binário-generificação**.**

Capitalism and production of inequalities: Gender, racism and social policies

Abstract: This study aims to reflect on the current role of social workers in addressing social issues related to the diverse ways in which gender and sexuality are experienced—experiences that go beyond the boundaries of bourgeois cisnormativity. To this end, we propose a dialogue with the profession's ideological and political commitment to a professional practice that, based on an analysis of social totality, provides elements that reveal the social issues linked to the gender binary produced by bourgeois rationality, which has historically eroded the conditions of social reproduction for the Brazilian working class under dependent capitalism.
Keywords: social policy, gender and sexuality, social service, binary-gendering**.**

Introdução

O artigo tem como objetivo abordar o exercício profissional do Serviço Social diante das múltiplas expressões da Questão Social na sociedade brasileira contemporânea, busca-se dar ênfase às especificidades que atravessam e delimitam as vivências das pessoas usuárias que são dissidentes de gênero e sexualidade e que, portanto, tensionam cotidianamente as normas do cisheterossexismo (Collins,2019) burguês e branco. Destaca-se como ponto de partida a centralidade de uma atuação crítica à luz do Código de Ética Profissional visando desvelar parte das contradições que se

[1] alicefnascimento97@gmail.com
[2] eianaluuu@gmail.com
[3] oriqueer@gmail.com

apresentam na prática profissional, tendo em vista a imediaticidade, heterogeneidade e superficialidade enquanto características próprias do cotidiano e que, portanto, atuam na manutenção da alienação e reprodução social do modo de produção capitalista.

A intensificação da barbárie como traço do imperialismo burguês torna fundamental a ampliação do debate acerca dos impactos da agudização das expressões da Questão Social nos indivíduos cujos os corpos, as expressões de gênero e a forma de vivenciar a sexualidade extrapolam o conservadorismo e a moralidade burguesa no interior do Serviço Social, bem como os reflexos históricos das relações étnico-raciais constituídas no país, a fim de contribuir para a construção de alternativas no interior dos espaços sócio-ocupacionais, alinhadas à defesa dos direitos humanos e da diversidade sexual e de gênero, alinhado ao Projeto Ético Político Profissional.

Parte-se do compromisso ético-político de atuação da categoria para sustentar a necessidade de uma prática profissional ancorada na análise da totalidade social, capaz de investigar como a racionalidade burguesa, ao estruturar-se em bases binárias de generificação, produz e reproduz desigualdades ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo dependente brasileiro.

Dessa forma, a partir de uma análise bibliográfica de documentos produzidos tanto pela categoria profissional do Serviço Social quanto por intelectuais de diferentes áreas acerca do debate de Gênero e Sexualidade, o artigo se busca relacionar a necessidade de incorporação do debate pelas Assistentes Sociais, considerando-se o avanço do conservadorismo e neofascismo intensificados pelas mídias digitais e ideologias autoritárias que vão de encontro às alternativas dos campos de atuação que historicamente se comprometem com a defesa de uma transformação societária realmente emancipadora.

Desenvolvimento

O Serviço Social tem sua atuação pautada no Código de Ética Profissional, documento sustentado pela Lei 8662/93, que define as atribuições privativas, competências e requisitos básicos para a atuação profissional, que busca atuar de maneira interventiva nas múltiplas expressões da Questão Social.

O Código de Ética Profissional sustenta sua argumentação em torno do alinhamento de Assistentes Sociais enquanto agentes cuja capacidade interventiva seja permeada pelo compromisso de pensar a realidade da totalidade social. A partir do resgate dos Princípios Fundamentais do Serviço Social, destacamos o "posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais" (CFESS,1993, p.23), assim como o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS,1993, p.23), a fim de uma atuação crítica reflexiva em torno das complexidades que moldaram a formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Nesse sentido, há uma parcela da categoria profissional que vem construindo nas últimas décadas estratégias para a ampliação do debate em defesa dos direitos das pessoas LGBTI+ . Embora haja um longo caminho a ser percorrido, é fundamental destacar a relevância de tais produções, pois tornam possível que as reflexões sobre a classe trabalhadora e seus enclaves de gênero, raça e sexualidade sejam cada vez mais compreendidos como fundamentais para a atuação de Assistentes Sociais na formulação, análise e execução de Políticas Sociais.

Longe de um reducionismo que se mascara de crítico ao querer encerrar tais debates rotulando-os de "identitarismo" ou um debate alinhado às concepções pós-modernas de pensar a realidade, busca-se aqui o alinhamento político e ideológico com a tradição crítica do método histórico dialético, que acumula uma vasta produção no interior profissional.

Embora a produção acadêmica da categoria aponte uma aproximação tímida e gradual com a temática da diversidade sexual e de gênero, permite a construção de estratégias interventivas para o Serviço Social, possibilitando uma reflexão que leve em consideração a totalidade da realidade social que incide sobre a classe trabalhadora brasileira ao mobilizar categorias que refletem a universalidade e as particularidades da mesma ao passo que estes indivíduos possuem, além da classe social, uma identidade de gênero, raça e sexualidade.

Tendo em vista o cenário das disputas em torno dos direitos da população LGBTI+, importa destacar que não se pretende aqui um alinhamentos às perspectivas profissionais que utilizam críticas assentadas em uma análise marxista ortodoxa ou que

se pretende crítica para pensar a sociedade, entretanto, desenvolvem debates que não consideram a relevância de outras categorias além da classe para o avanço de uma prática profissional reflexiva, que dialogue com os princípios éticos que regulamentam a profissão e que têm como horizonte uma intervenção profissional que favoreça o reconhecimento das pessoas usuárias enquanto sujeitos políticos, e portanto, capazes de atuar coletivamente a fim de uma transformação societária alinhada à emancipação humana por meio de um exercício dialético de pensar a realidade.

> Esse giro teórico-político crítico aos essencialismos se soma às profundas mudanças pelas quais a sociedade global, mas em particular a brasileira, passou nos últimos 25 anos. Essas transformações não podem ser entendidas sem que se dimensione o lugar político que as discussões sobre gênero e sexualidade passaram a ocupar no debate público. Um exemplo está nas reações conservadoras às conquistas e aos avanços obtidos na agenda de gênero e sexualidade, que não tardaram e se avolumaram no que vem sendo chamado de ofensiva antigênero (Prado; Corrêa, 2018), um fenômeno global, mas com particularidades locais. (Ferreira e Irineu, p.33, 2024)

O Serviço Social atua diretamente na promoção de direitos e cidadania da população LGBTI+ no Brasil ao implementar ações governamentais inclusivas e não discriminatórias, promover o direito à livre identidade de gênero e orientação sexual, garantir a qualidade de vida e equidade de seus usuários.

Para Rodrigues (2023), a expansão desse debate na cena pública contemporânea é intensificada pelas mídias sociais, e sua análise não pode ser realizada descolada dos aspectos econômicos e culturais. Os danos do Imperialismo (Lenin, 1916) aos grupos historicamente atingidos pelo capitalismo desde os primórdios desse modo de produção, como o colonialismo, o racismo, sexismo e o binarismo de gênero e repressão da sexualidade, podem ser denunciados em diferentes partes do globo, a partir da mundialização do capital e dos avanços tecnológicos.

A organização política de grupos de indivíduos que hoje entendem-se enquanto membros da comunidade LGBTI+ é histórica. Contudo, nas últimas décadas o avanço do desenvolvimento das forças produtivas popularizou o acesso à tecnologia a parte da classe trabalhadora, permitindo novas formas de reivindicações e denúncias de grupos estigmatizados historicamente.

Temos como exemplo brasileiro mais latente a realidade material acerca das condições de vida e inserção no mercado de trabalho formal da população transexual e travesti[4], cuja expectativa de vida no Brasil é de 35 anos: o país continua representando o Estado-nação que mais assassina pessoas trans no mundo pela 18° vez consecutiva. (Benevides, 2026).

Serviço Social na atuação profissional com a população LGBTI+

O Serviço Social tem sua base de capacitação para a operação configurada a partir de três competências profissionais indissociáveis entre si, sendo elas: a competência ético-política, a técnico-operativa e a teórico-metodológica. Essas três definem todo o processo de fazer profissional, estabelecendo os parâmetros norteadores para a intervenção da Assistente Social.

As competências ético-políticas no Serviço Social orientam a atuação profissional comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos, dignidade humana, da cidadania e da população LGBTI+. No âmbito da diversidade sexual e de gênero, essas competências se expressam na construção de práticas profissionais pautadas no respeito à identidade de gênero, à orientação sexual e à livre expressão dos sujeitos, respeitando seu espaço social, enfrentando preconceitos, discriminações e violências historicamente reproduzidas nas instituições sociais privadas e públicas. Dessa forma, a atuação da Assistente Social exige posicionamento crítico diante das desigualdades estruturais, fortalecendo ações de acolhimento, escuta qualificada e garantia de acesso aos direitos sociais de forma democrática e inclusiva.

O Serviço Social tem papel crucial na atuação crítica frente às desigualdades provenientes das expressões da Questão Social, onde o gênero e sexualidade são tratados de formas estigmatizadas, pois existe uma perspectiva de norma vigente que institui tudo que não seja performático aos padrões cisnormativos, como experienciar a vida, caminhar, falar e interagir.

O gênero e a sexualidade se materializam através da ação e da representação do indivíduo como ruptura da heterossexualidade compulsória, portanto, cabe ao Serviço Social, acerca dos processos históricos da formação sócio histórica brasileira, reafirmar

[4] Diferentemente do termo transexual, importado dos países da Europa e da América do Norte, e há aproximadamente três décadas circulante no Brasil, a travesti é uma identidade da América Latina, constituída como um termo cultural de massa na sociedade brasileira (Marinho, p.27, 2023)

o pensamento crítico, reflexivo e ético acerca dos processos nas nossas teorizações, por entendermos que é fundamental para compreender as desigualdades étnico-raciais, de gênero e sexualidade para entender a dinâmica ao padrão da luta de classes e das teorias de interseções, qualificando a compreensão dos sujeitos políticos e os desafios das lutas sociais.

Ao longo do século XX, após o término legal do regime escravocrata brasileiro em 1888, o Brasil dá continuidade ao seu processo de inserção formal no modo de produção capitalista mundial, adotando posição periférica diante dos países do norte global. O capitalismo dependente (Brettas, 2017) é uma estrutura socioeconômica na qual países da América Latina como o Brasil têm sua economia subordinada aos interesses econômicos de nações centrais, assumindo um lugar periférico no que diz respeito à divisão internacional do trabalho. Ao transferir seus lucros para o exterior nessa dinâmica desigual, a dependência, concentração de renda e precarização do trabalho tornam-se regras constitutivas da dinâmica funcional do capitalismo.

O neoliberalismo consolidou-se no Brasil no início da década de 1990, marcando uma transição econômica definida pela redução de tarifas de importação e início da privatização das estatais brasileiras, ditando então como se daria a atuação das Políticas Sociais. É justamente ao longo dessa década que temos a aprovação da Lei n° 8.662, que estabelece as diretrizes e bases acerca da profissão de Assistente Social.

Quando falamos do Brasil, é importante destacar que o capitalismo dependente caracteriza-se por relações de subordinação econômica e política dos países dependentes em relação aos países centrais, enfatizando o poder da burguesia no capitalismo dependente, estritamente marcada por relações de soberania e desigualdade, onde os Estados dependentes operam em condições de subordinação aos Estados desenvolvidos, em uma relação de exploração e dependência, teoria defendida por Jaime Osório, que argumenta:

> A debilidade estrutural das classes dominantes e a subordinação dependente exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância. A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos (Osorio, p. 207, 2014)

As políticas neoliberais tendem a favorecer os mais ricos e aumentar a concentração de renda nas mãos da burguesia. Nesse sentido, evidencia-se que tais processos incidem diretamente sobre as condições de reprodução social da classe trabalhadora, especialmente sobre sujeitos cujas existências desafiam a norma como pessoas historicamente estigmatizadas.

O capitalismo desumaniza os corpos de pessoas negras e LGBTI+, além de mercantilizar os corpos das travestis e pessoas trans, principalmente as negras, ao perpetuar o binarismo de gênero como condição para se viver em sociedade, binarismo esse que possui raízes patriarcais e heteronormativas que, junto ao modo de produção e reprodução capitalista, instituem quais corpos e vidas importam e não importam.

Como resultado dessa dinâmica de acúmulo de capital financeiro, observa-se o recrudescimento do conservadorismo e a ascensão de ideologias de cunho neofascista, amplificadas pelas mídias digitais globais, que tensionam e, muitas vezes, inviabilizam práticas profissionais comprometidas com projetos societários emancipatórios como os do Serviço Social, mesmo que em sua gênese traga a contradição de reproduzir relações sociais nos moldes capitalistas.

Podemos destacar a perseguição antitrans e anti gênero, que é uma agenda política da extrema direita para ceifar a dignidade humana da população trans e travesti no Brasil. A extrema direita orienta-se, ideologicamente, pela manutenção dos papéis de gênero rígidos e tradicionais criados pelo patriarcado, reforçando a ideia de binarismo de gênero. A existência de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias desafia a noção de que o gênero é determinado pelo sexo biológico, e corpos que fogem da cisheteronormatividade são vistos como uma grande ameaça à ordem social que buscam manter como poder absoluto.

A utilização das políticas antitrans é uma estratégia muito bem articulada e de política calculada, baseada na criação de pânico moral para mobilizar eleitores, desviar o foco de problemas estruturais reais e sociais, defendendo uma visão tradicional cis e hierárquica da sociedade.

Pessoas trans e travestis são facilmente colocadas como "bodes expiatórios" ou inimigos imaginários da sociedade, simplificando tudo em uma lógica violenta e de negação de direitos, onde corpos trans e travestis são colocados como causadores de

problemas sociais. A extrema direita usa do discurso do medo, que se utiliza do ódio para gerar engajamento através do pânico moral.

A população negra e travesti é historicamente empurrada para formas subalternas de sobrevivência, resultado da simbiose entre racismo estrutural, transfobia e exploração econômica pelo sistema capitalista.

O racismo, transfobia, machismo e a heterossexualidade compulsória são violências que ocorrem desde a colonização, sendo a escravização um sistema de violência que se perpetuou por 353 anos de formação social brasileira. A colonização estruturou hierarquias de raça, gênero, classe social e sexualidade que perduram até os dias atuais nas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, assim como nas Políticas Sociais. A ideia difundida por estereótipos religiosos vindos da Europa foi usada historicamente para marginalizar corpos negros, indígenas, femininos e dissidentes sexuais e de gênero.

Dando continuidade em corpos dissidentes e historicamente violentados, destacamos aqui como as travestis e mulheres trans foram por anos apagadas historicamente, desde a formação sociohistórica do Brasil. Um grande exemplo esse apagamento é o caso da travesti preta Xica Manicongo, que teve seu resgate como identidade travesti realizado por outra travesti,, Jaqueline Gomes de Jesus - uma travesti dando reconhecimento para outra -, que destaca como esse processo de representação ocorreu:

> Xica, por séculos, quando lembrada em nota de alguma pesquisa sobre as denunciações da primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, foi chamada de Francisco, seu nome de batismo, e por tempo equivalente foi apontada como homem, até que sua história foi resgatada, nestes novos tempos de movimentos sociais, após estudos sobre a Inquisição no Brasil que consideraram a interseção com gênero e sexualidade algo necessário, que lhe apontaram como a primeira travesti alvo dos processos, e seu nome social atribuído postumamente por Majorie Marchi, militante travesti negra que presidir a ASTRARio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), até seu falecimento.

A história da travesti no Brasil se forma como uma identidade política militante e de resistência após séculos de opressão, racismo e repressão, possuindo uma trajetória marcada por resistência, resiliência, construção e enfrentamento à violência social, policial e institucional.

A colonização instituiu padrões destruidores e rígidos relacionados ao corpo, trazendo uma binariedade abrupta à sexualidade e às identidades de gênero, fundamentadas em perspectivas cisheteronormativas e eurocentradas. A experiência da identidade de gênero travesti é uma forma de resistência às estruturas coloniais de poder, na medida em que produz modos próprios de existência, sociabilidade e construção identitária que tensionam e desestabilizam as categorias tradicionais impostas pela modernidade capitalista.

Na perspectiva acadêmica e política, é importante discutir como gênero e sexualidade também são atravessados pela colonialidade na construção de uma identidade política brasileira. A autora Silvana Marinho define perfeitamente como a história da travesti resistiu a seguir:

> Portanto, a história da travesti brasileira não é a mesma da transexual do mundo anglófono. A travesti está no campo semântico do outro (a América Latina) da então história universal, ainda que "envolvimento em comércio sexual e um grau de abjeção na ordem de gênero [sejam] elementos comuns" (CONNELL, 2016, p. 40), o que também não dirá de uma maneira única de vivenciar tais fenômenos. Embora a presente tese depreenda que a invenção da bruxa recaia sobre todas as corporeidades femininas desobedientes, enquanto uma ontologia da perseguição, da violência e do extermínio dessas existências, a transexual da metrópole não tem uma Xica Manicongo como sua ancestral. (Marinho, p. 220, 2023)

Desse modo, cabe destacar que todas as corporeidades colocadas como desobedientes e as insurgências frente a isso trazem ao epistemicídio dessas populações no Brasil que, ao longo do processo de formação histórica colonial degradante e de constituição do Estado moderno brasileiro, tiveram seus saberes, corpos e formas de existência sistematicamente silenciados e deslegitimados pela branquitude cisheteronormativa burguesa, que valida as formas de opressão e nega o direito de reconhecimento a humanidade.

Considerações Finais

O Serviço Social atua diretamente nas expressões da Questão Social, em uma sociedade marcada pela intensificação da barbárie do imperialismo burguês, pela luta de classes, pelo racismo estrutural e pelas desigualdades que atingem a população LGBTQIA+ no Brasil desde sua formação sócio-histórica com apagamento de figuras

tão importantes como Xica Manicongo, recentemente tendo feito o reconhecimento da sua identidade de gênero enquanto travesti.

Nesse contexto, a profissão reafirma seu compromisso ético-político na defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social, fortalecendo ações de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão e exclusão social. O bem-estar social nunca foi alcançado no Brasil, por ser um país de capital dependente periférico, capital dependente esse que decide quais corpos merecem existir e sobreviver.

A manutenção do status quo capitalista determina por meio da exploração de classe, do racismo estrutural e da LGBTIfobia, mecanismos que reforçam as desigualdades sociais e sustentam as relações de dominação, exigindo da profissão um posicionamento crítico em defesa da transformação social e emancipação.

A exploração e as opressões no capitalismo se articulam por meio das desigualdades de classe, do racismo estrutural e da LGBTfobia, atingindo principalmente a população negra e LGBTI+. Essas violências não ocorrem de forma isolada, sendo esses mecanismos que reforçam a exclusão social e a manutenção das relações de poder, na qual a burguesia está sempre em posição de detrimento em relação à classe trabalhadora e às populações historicamente estigmatizadas.

Portanto, é importante reafirmar a emancipação social, com o Serviço Social preservando seu compromisso ético-político na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da equidade dos sujeitos.

Referências

BENEVIDES, Bruna G. et al. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 4 maio 2026.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702. Acesso em: 07 mar. 2026.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília, 1993. Disponível em: https://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 3 abril 2026.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, G. G. et al. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. São Paulo: Cortez, 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: Revista Docência e Cibercultura.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINHO, Silvana. **Por um ensaio feminista do travesticídio-transfeminicídio. 2023**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/30/teses/944822.pdf.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, Jaime. **Teoria marxista da dependência: uma introdução**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RODRIGUES, Mavi. **Crisis del capital y irracionalismo exacerbado**: notas criticas sobre el conservadurismo neofascista y de(s)colonial. Revista Plaza Pública, n. 29, Tandil, 2023.